

CONTRATO

EXM^{ta} S^{ra}. J. DE A. JULIA DE DIREITO DA _____ PARA CÍVEL DA
CIRCUNSCRIÇÃO JUDICIÁRIA DE CEILÂNDIA - DF.

A. RIV. VIVÊNCIAS DA SILVA, brasileiro, solteiro,
mestre de obras, CPF 524.656.751-68, RG 1.161.801
SSP/DF, residente e domiciliado na QNN 13, Conjunto
K, Casa 01, Ceilândia - DF, por seu procurador que
esta subscreve (m.j.), estabelecido nesta capital,
vem, muito respeitosamente, à insigne presença de
V.Exa., propor

AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER C/C INDENIZAÇÃO
com pedido de antecipação de tutela.

em face de Banco do Brasil S/A, pessoa jurídica de direito
privado, estabelecido no CENTRO DE VIVÊNCIAS II, BLOCO "B",
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DARCY RIBEIRO, ASA NORTE, BRASÍLIA / DF,
CEP: 70.910-900, Ponto de Referência: AO LADO DO RESTAURANTE
UNIVERSITÁRIO, Telefone: 61-3191-0100, com fulcro no art. 8º,
I da Magna Carta c/c arts. 186, 927 e segs. do Código Civil
Brasileiro e nas normas albergadas no Código de Defesa do
Consumidor, pedindo vênias para expor e ao final requerer o
que se segue:

O autor adquiriu junto ao Banco Cacique S/A um financiamento no valor de R\$ 943,70 (novecentos e três reais e setenta e cinco centavos) que seria adimplido em cinco parcelas iguais e sucessivas de R\$ 188,74 (cento e oitenta reais e setenta e cinco centavos), vencíveis em 10/09/2008; 10/10/2008; 10/11/2008; 10/12/2008; e 10/01/2009.

Por ser mais prático e evitar taxas por emissão de boleto, o autor preferiu deixar em poder do referido banco cinco cartões de cheque, preenchidos no valor acordado e pós-datadas para as datas pactuadas.

Na data acordada para o pagamento da primeira parcela o banco Cacique depositou o cheque. Para surpresa do autor, este foi devolvido pelo réu sob alegação de insuficiência de fundos. O referido cheque foi novamente depositado e devolvido pelo mesmo motivo. Ante a inadimplência, o banco Cacique entrou em contato com o autor e informou do ocorrido, de plano o autor compareceu em um de suas agências e efetuou o pagamento da parcela, por os devidos encargos (juros de mora, correção monetária e multa pelo inadimplemento), resgatando o cheque.

O mesmo ocorreu com o cheque referente a segunda parcela, foi depositado no dia 15/10/2008 e devolvido pelo réu sob alegação de insuficiência de fundos. O cheque referente à terceira parcela teve a mesma sorte, o réu recusou seu pagamento sob alegação de insuficiência de fundos. Nas meses em questão, novamente o autor foi pressionado pelo banco Cacique para que efetuasse o pagamento das respectivas parcelas e resgatasse os cheques, foi o que se fez.

Ante a recusa do réu em pagar os cheques emitidos pelo autor, o banco Cacique cancelou o parcelamento e cobrou de uma só vez o saldo remanescente do financiamento. Desta forma o autor foi obrigado a rescomprar de uma única vez, em 27/01/2009 o valor de R\$ 619,14 (seiscentos e dezesseis reais) para quitar o débito para com o banco Cacique.

Ocorre que o autor sempre esteve com sua conta provida de recursos capazes de cobrir os cheques emitidos. A anexa documentação demonstra que os cheques foram devolvidos, sob a alegação de insuficiência de fundos (alíneas 11 e 12), mesmo a conta do autor tendo saldo suficiente para pagar a obrigação contraída.

O autor foi obrigado a passar vergonha junto ao Banco Cacique e arcar com o pagamento de juros e multas por um ato unilateral do réu sem qualquer justificativa. Ao tentar formalizar uma reclamação administrativa foi interpelado por um preposto do réu que afirmou que "caloteiro é cara de pau mesmo".

Não bastasse a atitude do réu e de seus prepostos, ainda o réu teve o cuidado de anunciar a existência de cheques sem fundos emitidos pelo autor, consequentemente "negativou" o nome do autor na praça.

É certo que o réu passará por caloteiro junto ao Banco Cacique, que não tem o menor interesse na relação do autor com o réu, e dificilmente conseguirá novamente qualquer tipo de financiamento nesta instituição bancária.

Com a restrição ao seu nome apontada pelo réu, sua vida financeira sofreu abalo insuperável e irremediável.

DA RESPONSABILIDADE CIVIL DO RÉU

É impossível de questionamento a lição de que o relacionamento estabelecido entre as partes é de natureza consumerista e o equacionamento do conflito de interesses entre elas estabelecido deve ser criterioso, à par dos demais princípios e formulações legislativas, em conformidade com os princípios e dispositivos que estão impregnados no Código de Defesa do Consumidor. Entre as novas medidas protetivas ao consumidor, destaca-se a norma que declara ser direito básico do consumidor "a facilitação da defesa de seus direitos, inclusive com a inversão do ônus da prova, a seu favor, no processo civil, quando, a critério do juiz, for verossímil a alegação ou quando for ele hipossuficiente, segundo as regras ordinárias de experiências".

O referido Codex, noutra parte, estabelece em seu art. 14, caput, que "O fornecedor de serviço responde, independentemente da existência de culpa, pela reparação dos danos causados aos consumidores por defeitos relativos à prestação dos serviços, bem como por informações insuficientes ou inadequadas sobre sua fruição e riscos". Deste dispositivo extraímos que o legislador, com relação à responsabilidade civil das empresas de telefonia, adotou a teoria objetiva, segundo a qual não há que se cogitar de culpa ou dolo, bastando à vítima, apenas,

² Artigo 6º, VIII

demonstrar o nexo de causalidade entre o ato ou fato e o dano.

Pelo que foi relatado interfere-se, com certeza, que a ré agiu com extrema negligência ao reter no nome do autor no rol dos maus pagadores (SPC) tendo por base contratos declarados judicialmente como inexistentes, fato do qual tinha pleno e comprovado conhecimento. Destarte, em decorrência desse tremendo descaso e negligência, o autor voltou a amargar situação vexatória e humilhante perante o comércio local. Assim, se há falha em seus sistemas de informação, esta deve ser debitada a quem dela se utiliza na rotina de sua atividade comercial e lucrativa, no caso os réus, que têm a obrigação de fornecer produtos e serviços isentos de defeito.

A inobservância, por parte da ré, das cautelas necessárias e do não estabelecimento de critérios mínimos de certeza e segurança para o ato (inclusão incorreta), bem como a sua negligência e omissão, foram os únicos elementos causadores do evento danoso, acarretando ao autor danos insuportáveis da ordem moral. E aqui pouco importa o seu elemento anímico, pois, o que nos interessa é a relação de causalidade entre a conduta e o dano. Desnecessária, portanto, a pesquisa da culpa dos réus, já tendo se firmado o entendimento segundo o qual "a inclusão ou manutenção indevida do nome do devedor no depreciativo rol de clientes negativos é causa suficiente para gerar o dano moral, passível de indenização, independentemente de se perquirir sobre o elemento subjetivo da culpa, evidenciando a responsabilidade civil objetiva do fornecedor do serviço." No mesmo sentido:

"CIVIL. CDC. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO. MANUTENÇÃO INDEVIDA DO NOME DO DEVEDOR EM CADASTRO DE INADIMPLENTES. APÓS A QUITAÇÃO DO DÉBITO QUE ORIGINOU A INSCRIÇÃO. FATO QUE, POR SI SÓ, É CAUSA GERADORA DE DANOS MORAIS. CONDENAÇÃO MANTIDA. 1. ASSIM COMO É DIREITO DO FORNECEDOR DE SERVIÇOS, PROMOVER A INSCRIÇÃO DO NOME DO CONSUMIDOR NOS ÓRGÃOS DE PROTEÇÃO AO CRÉDITO, UMA VEZ TENDO SIDO CONSTATADA A INADIMPLÊNCIA, TAMBÉM É DE SEU DEVER, E DE SUA EXCLUSIVA OBRIGAÇÃO, FAZER COM QUE SEJA EXCLUÍDA A ANOTAÇÃO, ASSIM QUE HAJA A QUITAÇÃO DO DÉBITO. 2. O CREDOR QUE, RECEBENDO O SEU CRÉDITO, ASSIM NÃO PROCEDE, MANTENDO O NOME DO DEVEDOR NOS CADASTROS RESTRITIVOS, CAUSA-LHE SEM DÚVIDA DANO MORAL, CUJA EXISTÊNCIA É PRESUMIDA EM FACE DAS GRAVES CONSEQUÊNCIAS QUE A INSCRIÇÃO DO NOME EM TAIS CADASTROS ACARRETA PARA O CONSUMIDOR, NÃO PODENDO SE FURTAR À RESPONSABILIDADE DE INDENIZÁ-LO. 3. MOSTRANDO-SE ADEQUADO O VALOR DA INDENIZAÇÃO, CUJA FIXAÇÃO OBEDECEU AOS PRINCÍPIOS DA PROPORCIONALIDADE E DA RAZOABILIDADE, NÃO HÁ PORQUE REDUZÍ-LO."⁴ (grifamos)

⁴ TJDF: 20040110203173ACJ/DF. DJU: 28/04/2005, p. 103.

⁵ TJDF: 20040510053384ACJ/DF. 1ª Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais do DF. Rel. JESUINO APARECIDO RISSATO. DJU: 24/06/2005, p. 142.

patrimônio econômico-patrimonial do sujeito: a pessoa é utilizada como que ela mesma significa e não como geradora da riqueza.

Mostra-se perfeitamente caracterizado - em decorrência das atitudes abusivas perpetradas pela ré, especialmente pelo total desrespeito ao consumidor e ao próprio Poder Judiciário - o dano moral no caso telado, posto que não se pode negar a angústia, os aborrecimentos, os transtornos, o constrangimento e a indignação que afligiram e afligem profundamente o autor, pois, sabido e consabido que o SAC é um banco de dados e, a partir dos dados nele contidos, compõe-se a imagem do consumidor perante o mercado, a qual tem grande importância, principalmente no momento da concessão de crédito. Destarte, como o referido banco de dados - dentre outros - existe para registrar quem efetivamente é mau pagador, ou seja, deixa de cumprir as obrigações assumidas por dolo ou culpa, as informações nele contidas devem ser objetivas e verdadeiras, como prescreve o art. 43, § 1º, do CDC.

Assim, interferindo de maneira tão grave na vida comportamental do grande público consumidor, as informações nele armazenadas devem pautar-se pela correção e fidelidade. O fato danoso noticiado nos autos, efetivamente, perpetrou e ainda perpetra no autor sofrimentos de natureza íntima, que afetaram e afetam sua auto-estima, manchiando sua reputação e dignidade, além de desclassificar sua credibilidade, representando incôgnvel constrangimento social que deve ser indenizado. Resta comprovado, pois, que o primeiro réu requereu e o segundo réu efetuou a inclusão do nome do autor em seu cadastro de inadimplentes com base em contrato declarado judicialmente como inexistente, e que aponta para o nexo de causalidade e, tratando-se de registro perante órgão de proteção ao crédito, o dano moral daí resultante é **re in ipsa**, ou seja, basta a comprovação do fato para defluir daí o direito ao ressarcimento.

Superadas as questões da reparabilidade e caracterização do dano moral no caso em tela, cumpre analisar os aspectos e instrumentos legais que deve seguir o julgador para a fixação (arbitramento) do quantum indenizatório dos danos morais superados pelo requerente. Nesse ponto, ante-se que "A reparação do dano moral cumpre, portanto, uma função de justiça corretiva ou sintagmática, por conjugar, de uma só vez, a natureza satisfatória da indenização do dano moral para o lesado, tendo em vista o bem jurídico danificado, sua posição social, a repercussão do agravo em sua vida privada e social e a natureza penal da reparação para o causador do dano, atendendo a sua situação econômica (...). E no que pertine ao quantum indenizatório, cumpre ressaltar que se apresenta

² Canali, Yusef Said, *op. cit.* p. 187.

DINIZ, Maria Helena. Curso de Direito Civil Brasileiro, 13ª edição. São Paulo: Editora Saraiva, 1999. vol. 7.

com. passível a importância equivalente a 100 salários mínimos vigentes para a fixação do dano moral na espécie dos autos, especialmente se considerarmos a gravidade da situação exposta, o potencial econômico da ré, as condições pessoais do autor e o caráter punitivo que deve ser imprimido na resposta a ser dada pelo Poder Judiciário, esta na suma importância na espécie dos autos, eis que os seus não foram considerados no pronunciamento judicial anterior. Nessa esteira de entendimento o Egrégio Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios, in verbis:

"CIVIL. CONSUMIDOR. INSTITUIÇÃO FINANCEIRA. INSCRIÇÃO INDEVIDA NO SPC-SERASA. RESPONSABILIDADE CIVIL. AUSÊNCIA DE NOTIFICAÇÃO. DEFEITO NO FORNECIMENTO DO SERVIÇO. ART. 14, CDC - LEI 8078/90. NEGLIGÊNCIA. ABUSO DE DIREITO. DANO MORAL CONFIGURADO. VALOR FIXADO AQUÉM DO DANO FACE À CAPACIDADE FINANCEIRA DO OFENSOR. FIXAÇÃO EM ATENÇÃO ÀS FUNÇÕES PEDAGÓGICA, PREVENTIVA E PUNITIVA, CAPAZES DE GERAR RESPEITO À PESSOA HUMANA. MAJORAÇÃO DA CONDENAÇÃO. RECURSO DO AUTOR PROVIDO. SENTENÇA REFORMADA. 1 - (omissis). 2 - RECONHECIDO O DANO MORAL NA SENTENÇA, NÃO PODE SER FIXADO DE FORMA A ESTIMULAR A CONDUTA DO REQUERIDO À PRÁTICA DE ABUSO DE DIREITO. 3 - A INSCRIÇÃO E A MANUTENÇÃO INDEVIDA DE NOME DE CONSUMIDOR, POR CERCA DE 03 MESES APÓS ENCERRAMENTO REGULAR DE CONTA, INDICA NEGLIGÊNCIA, ABUSO DE DIREITO E DESRESPEITO ÀS NORMAS PROTETIVAS DO CDC, TENDO EM VISTA QUE DEVE SER IMEDIATA A RETIRADA DOS CADASTROS DE INADIMPLENTES. PREJUÍZO MORAL. "DANO IN RE IPSA" 4 - O "QUANTUM" FIXADO NA INDENIZAÇÃO DE DANOS MORAIS DEVE ATENTAR PARA AS CIRCUNSTÂNCIAS ESPECÍFICAS DO EVENTO, PARA A SITUAÇÃO PATRIMONIAL DAS PARTES (CONDIÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA), PARA A GRAVIDADE DA REPERCUSSÃO DA OFENSA, ATENDIDO O CARÁTER COMPENSATÓRIO, PEDAGÓGICO E PUNITIVO DA CONDENAÇÃO, SEM GERAR ENRIQUECIMENTO INDEVIDO. SEMPRE EM SINTONIA COM OS PRINCÍPIOS DA RAZOABILIDADE E PROPORCIONALIDADE. 5 - CORREÇÃO MONETÁRIA E JUROS A PARTIR DA SENTENÇA. 6 - INCIDÊNCIA DAS SÚMULAS 43 E 54, DO STJ. 7 - RECURSO DO AUTOR PROVIDO. SENTENÇA REFORMADA. UNÂNIME." (gr/famos)

"DANOS MORAIS. FIXAÇÃO DO QUANTUM. CRITÉRIOS. 1 - Para a fixação do quantum da indenização oriunda de danos morais, necessário se faz a clara determinação de seu escopo: a) finalidade compensatória e b) finalidade punitiva, operando esta última de modo a desestimular a reincidência da prática delitiva..."⁸

"PROCESSO CIVIL. EMBARGOS INFRINGENTES. RESPONSABILIDADE CIVIL. DANOS MORAIS. INSCRIÇÃO INDEVIDA EM ÓRGÃO DE PROTEÇÃO AO CRÉDITO (SPC). VALORAÇÃO DO QUANTUM DEBEATUR. 1 - A fixação do quantum da indenização por danos morais, conforme já se encontra pacificado na doutrina e jurisprudência, é critério do juiz, de acordo com seu livre convencimento e bom senso, devendo, no entanto, ser o mesmo arbitrado de tal sorte que não seja injusto, insuportável e não se torne em fonte de lucro. 2 - A indenização arbitrada tem como finalidade mitigar, compensar em parte a dor moral sofrida, além de buscar impor uma penalidade ao

⁸ TJDF, 20050160004374AQU-DF. 2ª Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais do DF, Rel. ALFEU MACHADO, DJU: 17/05/2005, p. 164.

⁹ TJDF, 3ª Turma Cível, Apelação Cível nº 32.477/94, Rel. Des. Nancy Andrighi, acórdão de 27.06.94, publ. no DJU, seção 3, de 17/08/94, pág. 9.480.

ofensor, com caráter punitivo e também preventivo de novas ofensas. Indenização de duzentos salários mínimos, justa e razoável que merece prevalecer. 3 – Embargos infringentes não providos. Maioria (grifamos);

Tome-se em conta, por fim, que os magistrados que se posicionam em sentido oposto, i.e., que reconhecem o dano moral, mas que fixam indenização ínfima, provocam mais danos à vítima do que o próprio causador - doloso ou culposos - do dano. Estes, por sua vez, utilizam-se do Poder Judiciário para afirmar que a dor de ardor moral não tem preço e o determinam em valor insignificante e risível, valorando mais o dano material que aquele próprio, posição esta fruto de uma sociedade consumista, capitalista e destituída de princípios axiológicos pertinentes à dignidade da pessoa humana. A pecúnia, realmente, não paga o dano moral, pois, às vezes, este abre cicatrizes que já não se fecham, ou as torna mais cruentas com decisões desse quilate.

4. A ANTECIPAÇÃO DOS EFEITOS DA TUTELA

A antecipação dos efeitos da tutela veio a imprimir na processualística brasileira um avanço em direção à efetividade da jurisdição e constituiu reforço considerável na luta contra a demora da prestação jurisdicional. Sem desrespeitar os inderrogáveis princípios do contraditório e do devido processo legal, permite o abreviamento da entrega da prestação jurisdicional e trouxe ímportável contribuição à isonomia (CPC, art. 118, I), nas partes ao deixar de diferir a proteção imediata ao direito do autor em nome do direito à ampla defesa e possibilitar o tratamento inverso: o socorro imediato ao direito do autor, sem prejuízo do contraditório e da ampla defesa.

Hoje, este instituto de direito processual está inserido nas chamadas "tutelas de urgência" que vieram para reforçar o direito processual contra a incessante faina contra o tempo, "o inimigo contra o qual o juiz luta sem cessar" (Carnelutti) e sua chegada há de ser saudada com entusiasmo, cabendo aos operadores do direito a tarefa de empregá-lo com bom senso e equilíbrio, atendo-se ao seu desiderato e cuidando por não torná-lo hipotético ou dogmático. Doutrinariamente, a "Tutela antecipatória dos efeitos da sentença de mérito é providência que tem natureza jurídica mandamental, que se efetiva mediante execução 'lato sensu', com o objetivo de entregar ao autor, total ou parcialmente, a própria pretensão deduzida em juízo ou os seus efeitos. É tutela satisfativa no juízo ou de seus efeitos. É tutela satisfativa no plano dos fatos, já que

9 9980110633502 HC DF, Reg. 127.642. 1ª Câmara Cível, Relª Desª Maria Seatriz Farrina.

realiza o direito, dando ao requerente o bem da vida por ele pretendido com a ação de conhecimento" (Nelson Nery Jr. e Rosa Maria Nery).

Os fatos e fundamentos ora apresentados, bem assim a prova documental acostada, tran- inequívoca a plausibilidade do direito do autor, a verossimilhança de suas alegações e o grave e premente perigo da demora na prestação jurisdicional, a preencher o requisito exigido pelo inciso I do art. 273 do Código de Processo Civil. Com efeito, in casu, a verossimilhança da alegação do autor está presente na farta prova documental que instrui a inicial e no fato de que é pacífico o entendimento do Colendo Superior Tribunal de Justiça de que "estando a dívida em juízo, inadequada em princípio a inscrição do devedor nos órgãos controladores de crédito", máxime porque o art. 41 do Código de Defesa do Consumidor prescreve que, na cobrança de débitos, o consumidor não será exposto a ridículo, nem será submetido a qualquer tipo de constrangimento ou ameaça. No mesmo sentido, o E. TJDFT já decidiu:

"PROCESSO CIVIL. CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR. CRÉDITO EM DISCUSSÃO. FUMUS BONI IURIS. INCLUSÃO DO NOME DO DEVEDOR EM CADASTRO DE PROTEÇÃO AO CRÉDITO. PENDENTE O DEBATE JUDICIAL SOBRE DÉBITO DE MUTUÁRIO. VEDADO AO CREDOR INSCREVER O NOME DAQUELE NOS ÓRGÃOS DE PROTEÇÃO AO CRÉDITO. EVITA-SE, ASSIM, O CONSTRANGIMENTO REPUDIADO PELO CÓDIGO DO CONSUMIDOR. AGRAVO DE INSTRUMENTO PROVIDO. UNÂNIME."¹² (grifamos)

Por sua vez, no tocante ao perigo de dano irreparável ou de difícil reparação, é cediço que, no âmbito das relações de consumo, a inclusão indevida do nome do consumidor em cadastro de inadimplentes constitui, por si só, ato capaz de abalar a reputação e o crédito. Na espécie, os danos são de plano constatáveis, vez que está o autor novamente incluído indevidamente no rol dos maus pagadores, i.e., em situação que lhe retira a possibilidade de crédito e, conseqüentemente, o bem estar e a dignidade, sendo certo que a manutenção indevida de seu nome nos referidos bancos de dados acarretará reiteradas negativas de crédito e o agravamento de seu estado psicológico/emocional, já apelados, revelando-se aí o grave e fundado o receio de dano irreparável.

O acautelamento que, in casu, deve ser dar com a exclusão do nome do autor de qualquer tipo de cadastro de inadimplentes até decisão final da lide, bem como com a determinação de abstenção, por parte da ré, de promover nova negativação tendo por base os mesmos títulos indicados, as quais se revelam medidas imperativas, lembrando que as

¹² REsp 180665 PE. Rel. Ministro Sálvio de Figueiredo.

¹³ 20010020018436AGrDF, 1ª Turma Cível, Rel. VALTER XAVIER, DJU: 14-02-2002, p. 149

mesmas prejuízo algum trará aos réus. Nesta parte, ressalte-se que a referida providência, por sua própria natureza e desde que autorizada nos autos, será perfeitamente reversível.

Nesse contexto cumpre ainda salientar que, em princípio, há de se optar sempre para a segurança do processo, ou nas palavras de LIEBMAN, com o objetivo de "...assegurar que o processo possa conseguir um resultado útil." Evidentemente não se assegura um resultado útil à lite quando, pela demora do processo na solução do litígio, perpetua-se uma situação danosa que tendo a aporizar a necessária igualdade entre as partes litigantes. Com efeito, o Código de Defesa do Consumidor preconiza em seu art. 84, caput, verbis:

Art. 84 Na ação que tenha por objeto o cumprimento da obrigação de fazer ou não fazer, o juiz concederá a tutela específica da obrigação ou determinará providências que assegurem o resultado prático equivalente ao do adimplemento.

Na espécie dos autos, a luz dos dispositivos ora invocados, perfeitamente cabível e passível de apreciação liminar, ante o princípio da fungibilidade e desde que presentes os seus requisitos autorizadores, quais sejam, a plausibilidade do direito invocado e a possibilidade de dano irreparável ou de difícil reparação, que na espécie dos autos é inafastável.

DOS PERITOS

POSTO ISTO, é a presente para requerer a V.Exa. se digne:

a) ANTECIPAR os efeitos da tutela ora pretendida para DETERMINAR ao réu que proceda a exclusão do nome do autor de qualquer tipo de cadastro de inadimplentes no prazo de 24h, bem como que se abstenha de promover nova negativação tendo por base os mesmos títulos indicados, sob pena de multa diária no importe de R\$ 1.000,00 (um mil reais).

b) MANDAR citar o réu, na pessoa de seu representante legal, no endereço supra mencionado para, no prazo legal, oferecer resposta, caso queira, sob pena de revelia e confissão;

c) CONCEDER ao autor os benefícios da gratuidade da Assistência Judiciária, visto que o mesmo é juridicamente pobre e não aufera rendimentos capazes de

² in Manual de Direito Processual, 1968, Vol. I, nº 36, p. 92.

sustentar os seus processuais sem prejuízo de seu sustento próprio e/ou de sua família, conforme declaração em anexo;

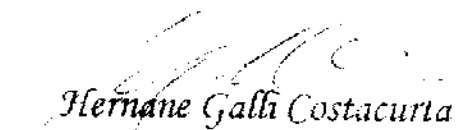
di E, ao final, JULGAR PROCEDENTES os pedidos deduzidos na presente ação, para CONDENAR a ré a pagar ao autor uma indenização a título de danos morais no importe de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais), bem como a obrigação de não fazer consistente na abstenção de qualquer ato que importe em restrição de crédito/negativação do nome do autor com base nos títulos em lume, sob pena de multa diária no importe de R\$ 1.000,00 (um mil reais).

Protesta por todos os meios de prova em direito admitidos, especialmente pela documental, pelo depoimento pessoal dos representantes legais dos réus e por outras que, por mais especiais que sejam, ficam desde já requeridas.

Da a causa o valor de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais).

Espera deferimento.

Brasília - DF, em 19 de março de 2009.


Hermane Galli Costacurta
OAB/DF 17.128